



## *Prefeitura Municipal de Marmeleiro*

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Marmeleiro, 11 de outubro de 2022.

**Processo Administrativo n.º 132/2021****Pregão Eletrônico n.º 084/2021****Parecer n.º 471/2022**

### **I – Relatório**

Trata o presente parecer sobre solicitação de cancelamento de itens da ata de registro de preços n.º 233/2021, vinculada ao Pregão Eletrônico n.º 084/2021, que teve como matéria a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos para atendimento às unidades de saúde do município, conforme protocolos de n.º 71.687 e 72.009, datados respectivamente de 14 de julho de 2022 e 09 de setembro de 2022.

A empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou instrumento petitorio de cancelamento dos itens n.º 77 da Ata de Registro de Preços alegando falta de disponibilidade do produto no mercado, por não estar sendo fornecido pelo laboratório fabricante.

Para o item 78 a justificativa foi a negativa da concessão do reequilíbrio econômico pleiteado anteriormente.

Para a presente análise, foram anexados ao processo os seguintes documentos:

- Requerimento por parte da empresa;
- Comunicado da fornecedora acerca da falta do produto;
- Solicitação de parecer jurídico encaminhado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito.

### **II – Fundamentação**

Inicialmente, cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, dos autos do processo administrativo em epígrafe. Incumbe a este órgão, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência ou na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

O art. 43, IV, da Lei n.º 8.666/93 prevê que a licitação será processada e julgada com a observância da conformidade que cada proposta cumpra com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;



## *Prefeitura Municipal de Marmeleiro*

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

A Lei n.º 8.666/93 prevê, em seu art. 78, inciso XVII, que constitui motivo para rescisão do contrato, a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato. E ainda que os casos de rescisão contratual sejam formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Esta rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração. Nesta seara, a rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

A empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA solicitou o cancelamento do item 77 registrado na ata de registro de preços pelas razões apresentadas no instrumento petitório protocolado.

Segundo o §2º do art. 16 do Decreto Municipal n.º 1.567, o detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

A informação trazida indica que o objeto contratado, a saber, encontra-se sem estoque e sem previsão de faturamento. Considerando que a empresa não deu causa à situação, eis que se trata de distribuidora e não está conseguindo o item para realizar a entrega, entendo pela possibilidade de cancelamento do item. Desta forma oriento ao setor de compras para que diligencie para averiguar as alegações da empresa, bem como se a situação persiste. Após as diligências, sendo atestada a veracidade das alegações, entendo pelo deferimento do pedido.

Em relação ao item 78 não se vislumbram estarem presentes as razões ensejadoras para o cancelamento, eis que fundadas na negativa da concessão do reequilíbrio econômico-financeiro pelas razões expostas quando da análise.

### **III- Conclusão**

Desta forma, considerando o exposto entendo pela possibilidade de deferimento do pedido para o cancelamento do item 77 e pelo indeferimento do item 78, de acordo com os fundamentos apresentados.

É o parecer.

**Ederson Roberto Dalla Costa**  
**Procurador Jurídico**